



# **Contratação de Serviços de Consultoria**

## **Termos de Referência para Estudo sobre Análise de Economia Política da Coesão Social no Norte de Moçambique**

### **1. Contextualização**

Como um todo, o Norte de Moçambique - as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula - pode ser enquadrado como uma região que experimenta os efeitos das desigualdades estruturais norte-sul, violência extrema (especificamente em partes de Cabo Delgado) e crime, mantendo um enorme potencial de recursos. Este fenómeno resulta em sofrimento humanitário significativo e exclusão das comunidades. A sua presença em Nampula e Niassa ainda é limitada, com apenas alguns de ataques fora de Cabo Delgado, no entanto, células de recrutamento estão supostamente activas nestas províncias. Estes fenómenos destruíram o tecido social, os meios de subsistência das comunidades e levaram a uma crise humanitária sem precedentes, o que demanda a existência de iniciativas que permitam reverter o cenário e coloquem os jovens do norte de Moçambique como prioridade na agenda de desenvolvimento.

Neste âmbito, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), a Fundação MASC (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil e o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), estão a implementar, desde o mês de Outubro de 2021, o Programa Coesão Social no Norte de Moçambique. Com apoio da Embaixada Suíça, a iniciativa visa contribuir para o fortalecimento da coesão social nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa para fomentar o engajamento cívico de jovens e mulheres em espaços sociais, políticos e económicos e desta forma contribuir para a melhoria da governação local.

Na perspectiva do Programa, a Coesão Social é definida como sendo o grau de confiança no governo e no seio da sociedade, bem como a vontade de participar colectivamente para uma visão partilhada de paz sustentável e objectivos comuns de desenvolvimento. Duas dimensões são

analisadas: a coesão horizontal, que se refere às relações entre cidadãos numa sociedade; e a coesão vertical, que considera as interações entre as instituições e cidadãos. Para ambas dimensões, as seguintes variáveis são tidas em conta: inclusão, segurança e protecção, confiança nos outros, confiança nas instituições, representação e engajamento cívico<sup>1</sup>.

Ademais, no Norte de Moçambique, A falta de infraestrutura adequada, especialmente em áreas rurais, limita ainda mais as oportunidades de desenvolvimento e contribui para o isolamento de comunidades inteiras. A pressão demográfica crescente e as migrações internas, por sua vez, intensificam as demandas sobre os recursos locais, gerando competição e potenciais conflitos pela escassez de recursos.

Diante desses desafios e outros desafios, compreender as dinâmicas econômicas e políticas que moldam a Coesão Social no Norte de Moçambique torna-se crucial. O estudo de Economia Política (PEA) visa explorar esses aspectos complexos, oferecendo *insights* para políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento que promovam a inclusão, fortaleçam a governação local e cultivem um ambiente propício para a convivência pacífica e colaborativa entre todos os residentes da região.

De forma específica, pretende-se que o estudo faça o mapeamento dos espaços existentes para o diálogo nos locais de implementação, através da PEA e realizar reuniões com as partes interessadas relevantes (líderes comunitários, autoridades provinciais, etc.) para facilitar a inclusão dos membros dos Youth Hubs e actividades planeadas (defender a importância de incluir os jovens nos processos de tomada de decisão).

## 2. Objetivo da Consultoria

- Realizar um estudo de Economia Política detalhado sobre a Coesão Social nos distritos de implementação do Programa Coesão Social (Montepuez, Chiúre, Moma, Angoche, Cuamba e Chiúre), para compreender os fatores econômicos e políticos que influenciam a coesão social nesses contextos específicos, numa perspectiva da juventude.

---

<sup>1</sup> <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/11/Cadernos-31-BCS-Cuamba.pdf>

## 2.1. Objectivos Específicos

- Analisar as dinâmicas económicas e políticas que afetam a coesão social nos distritos seleccionados do Norte de Moçambique;
- Analisar como as políticas públicas, tanto a nível nacional quanto local, impactam a coesão social nessas áreas;
- Identificar desafios específicos enfrentados pelas comunidades locais no que diz respeito a coesão social e desenvolvimento económico;
- Propor recomendações baseadas em evidências para promover maior coesão social e desenvolvimento económico sustentável nos distritos estudados.

## 2. Responsabilidades do Consultor

O consultor deverá executar as seguintes tarefas:

- Desenvolver um plano de trabalho detalhado, incluindo a definição da metodologia a ser utilizada;
- Colher, analisar e sintetizar informações relevantes sobre políticas, programas e estratégias de advocacia;
- Preparar um relatório para publicação e disseminação.

**N.B.** Todos os direitos autorais e propriedade intelectual relacionados ao relatório final serão transferidos para o CDD. O consultor deve garantir que todas as informações utilizadas sejam devidamente referenciadas e que não haja violação de direitos autorais de terceiros.

## 3. Cronograma

O trabalho deverá ser concluído num período de 30 dias, a partir da assinatura do contrato. No início da sua acção o consultor deverá elaborar um cronograma detalhado, incluindo marcos intermediários para revisão e aprovação dos resultados. No fim, este deverá apresentar um relatório final em formato eletrónico e impresso. O relatório deve ser claro, conciso e apresentar gráficos, tabelas e outras visualizações de dados relevantes.

#### 4. Requisitos de qualificação

- Experiência comprovada em pesquisa, análise de políticas e trabalho com organizações/associações juvenis;
- Conhecimento sólido sobre o contexto local da realidade do Norte de Moçambique e das questões relacionadas a Coesão Social;
- Habilidades de comunicação excelentes, tanto escritas quanto verbais;
- Capacidade de trabalhar de forma independente, cumprindo prazos e entregando resultados de alta qualidade.
- Conhecimento ou familiaridade com programas de Coesão Social será considerado uma vantagem.

#### 5. Proposta financeira e duração do contracto

Os consultores interessados devem apresentar uma proposta financeira detalhada. O contracto será celebrado com o consultor selecionado por um período específico, que incluirá a duração e a entrega do relatório final. Quaisquer prazos adicionais serão acordados entre o consultor e a equipe do CDD, conforme necessário.

#### 6. Prazo de candidaturas

As propostas técnicas e financeiras deverão ser submetidas até 30 de Março no seguinte endereço: [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org). O CDD reserva-se ao direito de responder apenas aos candidatos que reúnam os requisitos exigidos e uma proposta técnica e financeira adequada.